

A PRODUÇÃO DA POBREZA PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL AGUDIZADA NO CONTEXTO DE CRISE ESTRUTURAL¹

Maria Francisca Marinho de Andrade²

Dávillo de Lima Ferreira³

Francisca Maurilene do Carmo⁴

Felipe Augusto Alves Correia Lima⁵

RESUMO

A pobreza, na sociabilidade capitalista e, especificamente, na atual conjuntura político-social e sanitária do Brasil, perpassada pela pandemia de COVID-19, apresenta indicadores de um aumento vertiginoso da miséria no país. Desde a década de 1990, a educação passa a assumir o papel de redentora da humanidade, em especial em países da periferia do capital, ficando a cargo da mesma a solução da pobreza mundial. Dessa forma, transfere as reais causas das desigualdades sociais para apenas um único complexo, o educacional. Destarte, o corrente ensaio busca contribuir para o debate acerca da pobreza no Brasil, à luz da ontologia marxiano-lukacsiana, com o objetivo de melhor apreender o real. Para tanto, utilizaremos como base teórica os estudos de Engels (1876), Marx (1985), Lukács (1978), Huberman (2013), além de intérpretes valorosos do campo marxistas, tais como: Jimenez; Mendes Segundo (2007), Bizerra (2019). Destaca-se que o atual momento perpassado pelo sistema sociometabólico do capital baseia-se na produção destrutiva, fundamentada em relações de produção desenvolvidas em processos irrefreáveis que agravam a miséria humana. Nesse ponto, a educação não superará a pobreza, pois essa não é sua função precípua e nem uma prioridade do Estado burguês, apesar da necessidade do capitalismo de atribuir a função de mercadoria para a educação como forma de superar suas crises. Ademais, por meio de indicadores sociais como a PNAD Contínua realizada pelo IBGE, compreendemos, a partir do início de sua série histórica em 2012, que a pobreza sempre apresentou índices elevados na sociedade brasileira. Com a pandemia, o número de pessoas abaixo da linha da pobreza atingiu quase 4% entre os anos de 2019 e 2021. Portanto, não será a educação o caminho para a resolução das desigualdades existentes nem um objetivo do capital, pois as contradições são inerentes à sua lógica de reprodução. Com a crise estrutural, foram atingidos todos os limites que o sistema sociometabólico do capital poderia alcançar, não podendo ser ultrapassados, a menos que haja uma transformação radical dos conceitos bases do seu modo de funcionamento.

Palavras-chave: Pobreza. Educação. Crise estrutural do capital.

1 Este artigo faz parte da pesquisa de mestrado em andamento de Maria Francisca Marinho de Andrade, sob a orientação da Profa. Francisca Maurilene do Carmo. No momento, contamos com a contribuição no trabalho de coleta de dados dos coautores Dávillo de Lima Ferreira e Felipe Augusto Alves Correia Lima.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: ma6906924@gmail.com

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: davillodelima@hotmail.com

⁴ Professora Adjunta da Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: fmcmaura@hotmail.com

⁵ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: faacl.ce@gmail.com

THE PRODUCTION OF POVERTY FOR THE REPRODUCTION OF CAPITAL EXACERBATED IN THE CONTEXT OF STRUCTURAL CRISIS

ABSTRACT

Poverty, in the capitalist sociability and, specifically, in the current political-social and sanitary conjuncture in Brazil, permeated by the COVID-19 pandemic, presents indicators of a vertiginous increase of misery in the country. Since the 1990s, education has taken on the role of redeemer of humanity, especially in countries on the periphery of capital, leaving it in charge of solving world poverty. In this way, it transfers the real causes of social inequalities to only one complex, the educational one. Thus, this essay seeks to contribute to the debate about poverty in Brazil in the light of Marxian-Lukacsian ontology, with the objective of better understanding what is real. To this end, we will use as theoretical basis the studies of Engels (1876), Marx (1985), Lukács (1978), Huberman (2013), in addition to valuable interpreters of the Marxist field, such as: Jimenez; Mendes Segundo (2007), Bizerra (2019). It is noteworthy that the current moment permeated by the sociometabolic system of capital is based on destructive production, founded on production relations developed in unstoppable processes that aggravate human misery. At this point, education will not overcome poverty, since this is not its main function nor a priority of the bourgeois State, despite the capitalism's need to attribute the function of merchandise to education as a way to overcome its crises. Moreover, through social indicators such as the Continuous PNAD conducted by IBGE, we understand, from the beginning of its historical series in 2012, that poverty has always had high rates in Brazilian society. With the pandemic, the number of people below the poverty line will reach almost 4% between the years 2019 and 2021. Therefore, education will not be the way to solve the existing inequalities nor a goal of capital, because the contradictions are inherent to its reproduction logic. With the structural crisis, all the limits that the sociometabolic system of capital could reach have been reached, and they cannot be surpassed unless there is a radical transformation of the basic concepts of its mode of operation.

Keywords: Poverty. Education. Structural Crisis of Capital.

Introdução

Hodiernamente, o mundo enfrenta uma severa pandemia, sem precedentes na história recente da humanidade, com início em 2019, na China. A COVID-19⁶ dizimou mundialmente 6,5 milhões de vidas⁷ e assolou economicamente diversas nações⁸, elevando o quadro da pobreza global. Com isso, agudizou as mazelas sociais, aprofundando o quadro de crise estrutural do capital, irrompido ainda na década de

⁶ A COVID-19 é uma enfermidade infectocontagiosa ocasionada pelo vírus SARS-CoV-2.

⁷ Informação datada de outubro de 2022. Fonte: *Our World in Data*.

⁸ Atualmente, a Organização das Nações Unidas (ONU) é composta por 193 Estados-membros.

1970, e que segundo o filósofo húngaro István Mészáros, tal crise se ramificou em diversas dimensões sociais, não se limitando apenas à economia, pois “o capital não pode ter outro objetivo que não sua própria autorreprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar absolutamente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 800).

Vale ressaltar que é em tempos de crise que a ciência é desfigurada, mais desvalorizada e até mesmo questionada, sobretudo, no último período, no cenário brasileiro ao comando do atual presidente do país. Sabe-se que houve atraso da vacina já existente, a tentativa de aprovação de um *kit* de medicamentos sem eficácia comprovada, a desqualificação da ciência médica, além da investida em comprar vacinas atreladas a um preço superfaturado, dentre outros acontecimentos e atitudes que desvelam a barbárie encontrada no Brasil. Não obstante, não podemos esquecer a conjuntura eivada de fome e pobreza.

Destarte, o corrente ensaio pretende contribuir para o debate acerca da pobreza no Brasil, à luz da ontologia marxiana, desvelando a ideia de que esta é condição indelével ao gênero humano, apontando elementos históricos sobre a temática em questão, além de expor dados atuais relevantes sobre a proporção da população brasileira vivendo abaixo da linha de pobreza.

A metodologia utilizada nesta investigação, segue a esteira do pensamento ontológico marxiano-lukacsiano, por compreender que se constitui como modo de fazer pesquisa que melhor apreende o real. Para fins didáticos, o estudo possui caráter teórico-bibliográfico, tomando como base os seguintes autores clássicos: Engels (1876), Marx (1985), Lukács (1978), Huberman (2013), além de intérpretes valorosos do campo marxistas, tais como: Jimenez; Mendes Segundo (2007), Bizerra (2019), dentre outros.

Fundamento ontológico basilar da discussão

O ser social é o único que da sua relação de transformação com a natureza, encontra e é capaz de produzir seus meios de existência, ao contrário dos outros animais que encontram suas condições de sobrevivência dadas na natureza e biologicamente determinadas pelo seu próprio código genético.

Demarca-se, também, que o homem estabelece uma relação de dependência ontológica com a natureza, pois, dialeticamente, sem ela não há trabalho e sem trabalho não há homem. Contudo, vale salientar que isto não significa dizer que o homem está submetido às leis naturais e aos processos do mundo natural.

Sabe-se que sem a reprodução biológica da espécie humana não haveria sociedade, porém a história do mundo dos homens vai além da reprodução biológica. Não é meramente uma condição biológica, mas também determinada por vários fatores sociais, e o fundamento disso é o *trabalho*.

O trabalho é a categoria fundante do ser social. É através dele que o homem pôde dar o salto ontológico, rompendo com a esfera biológica, ou seja, com o mundo orgânico, superando seus limites naturais e compondo-se enquanto ser social, constituindo-se humanamente.

Conforme Lukács (1978), é na esfera social que veremos como se dá as distinções e articulações entre o homem e a natureza. Por meio do trabalho, o homem, em relação com a natureza, produz os seus meios de vida de forma a satisfazer suas necessidades meramente humanas.

Em um primeiro momento, o ser social, previamente, idealiza o que vai produzir e objetiva materialmente. O trabalho é o processo que vai da prévia-ideação à sua objetivação. É nele que há a produção da base material de toda a sociedade. É uma resposta concreta à necessidade concreta do mundo dos homens. A ideia de uma pré-ideação quando se materializa, deixa de ser ideia e passa a ser matéria.

Destarte, essas duas categorias são ontologicamente e qualitativamente distintas. Podemos perceber então que todo trabalho dá lugar a uma nova situação, tanto objetiva quanto subjetiva.

Vale lembrar que é através do trabalho que o homem se distingue dos animais. Ilustramos esta afirmação com a célebre passagem:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo na cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste já existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente. (MARX, 1985, p. 149-150).

Engels em *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, mostra-nos de forma descritiva como esta categoria contribuiu para o salto ontológico do homem como ser social:

Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a propor-se e alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades. A caça e a pesca veio juntar-se a agricultura, e mais tarde a fição e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram às nações e os Estados. Apareceram o direito e a política, e com eles o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião. (ENGELS, 1876, p. 6).

A categoria *atividade vital*, consciente e livre, isto é, o trabalho, representa o salto evolutivo entre o humano e os demais seres vivos. O trabalho é expressão da vontade humana, livre e conscientemente orientada, posta em prática, “[...] nenhum animal pôde imprimir na natureza o selo de sua vontade. Só o homem pôde fazê-lo.” (ENGELS, 1876, p. 7). Diferente dos animais, cuja vida é circunscrita pelos limites impostos pela natureza, o homem torna-se mais humano quanto mais faz recuar as barreiras naturais.

O percurso histórico entre os ditames contraditórios da riqueza e da pobreza

Feita as considerações acerca do fundamento ontológico do ser social, discutiremos sobre o desvio ontológico do ser na sociabilidade capitalista, em que até mesmo as condições básicas de existência lhe são negadas.

A pobreza que hoje assola milhões de pessoas no mundo não se deu por obra divina, nem pela suposta falta de empenho do indivíduo ou por seu grau de formação. Ela é fruto de um processo histórico em que:

À medida que a força de trabalho se tornou capaz de produzir mais do que o necessário para a mera sobrevivência cotidiana do indivíduo e para o autoconsumo imediato do bando, surgia, doravante, um excedente econômico (BIZERRA, 2019, p. 211).

Esse excedente abriu espaço para a exploração do homem pelo homem. Nesse viés, a pobreza que hoje testemunhamos não surgiu de forma natural e os ricos não

alcançaram sua riqueza com o suor do seu trabalho. No decurso da história, o explorado não se apropria do fruto do seu trabalho, vivendo com o mínimo, ou seja, apenas o indispensável para continuar existindo. Na contramão, o explorador, que nada produz, então passa a deter a riqueza produzida. Logo:

O que antes se realizava tendo como base a cooperação passa a assumir cada vez mais um caráter privado. Nesta contextualidade, instaura-se uma repartição, e mais precisamente uma repartição desigual, do trabalho e dos seus produtos que dele resulta. (BIZERRA, 2019, p. 212, grifo nosso).

Ao passo que a sociedade se desenvolveu, avançando científica e tecnologicamente, em cada novo modo de produção, a riqueza acumulada privadamente em determinado sistema produtivo possibilitou para que os futuros sistemas acumulassem ainda mais recursos. No entanto, tal patrimônio ficava concentrado nas mãos da classe dominante de cada época. A saber, o escravo não produzia para si; o servo só ficava com uma parcela ínfima; já o trabalhador assalariado é alienado do fruto de seu trabalho. Nessas condições, a pobreza, que ronda os dominados, coexiste em meio à abundância.

A fim de definir melhor o debate, lançamos mão do pensamento de Huberman (2013, p. 181): “[...] enquanto a produção em si é cada vez mais socializada, o resultado do trabalho coletivo, a apropriação, é privado, individual. O trabalho cria, o capital se apropria.”

Contudo, no modo de produção capitalista, a pobreza se mostra agudizante e discrepante, se comparada com o elevado avanço das forças produtivas e com a magnitude da produção. Nessa perspectiva, Bizerra (2019, p. 213, grifo do autor) assevera que: “A pobreza engendrada no/pelo modo de produção capitalista distingue-se daquela cuja causa credita-se à escassez. É, de fato, nova a pobreza que se expande desde o último quartel do século XVIII.”

O que forma as bases do sistema capitalista é a exploração do homem pelo homem na busca insaciável pelo acúmulo de capital. O homem se transforma em mercadoria, trabalha por um salário que é inferior ao que produz, e o trabalho não pago ao trabalhador converte-se em mais-valor, o que possibilita a geração de mais capital.

A contínua reconversão de mais-valor em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção. Este se

torna, por sua vez, o fundamento para uma escala ampliada da produção, dos métodos nela empregados para o aumento da força produtiva do trabalho e a aceleração da produção de mais-valor. (MARX, 2015, p. 700).

Outra condição essencial à reprodução do capital é a produção progressiva de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, que possui como uma das suas principais funções regular e manter os baixos salários, além de forçar o sobretrabalho dos empregados. Tal exército, varia de acordo com as necessidades expansionistas do capital, que ora repele e ora absorve, mas sempre mantém uma parcela ociosa.

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. **A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte**, e vice-versa, **torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual**, ao mesmo tempo que **acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social**. (MARX, p. 711-712, 2015, grifo nosso).

O sistema regido pelo capital é contraditório por sua própria natureza, as reformas que promove são para seu próprio benefício, mesmo que isso signifique condenar os indivíduos às mais degradantes condições de existência. O que lhe interessa, na verdade, é a produção de mais capital. Conforme Bizerra (2019, p. 215): “Os seres humanos são, ao mesmo tempo, necessários e relativamente supérfluos para a autorreprodução desse sistema”, que manipula os indivíduos de acordo com suas necessidades. Portanto, a superação das desigualdades gestadas, na sua própria estrutura, não é possível.

Educação e pobreza no Brasil atual

Desde a Segunda Guerra Mundial, alguns países começaram a se organizar no combate à pobreza. O grande marco, posteriormente, deu-se com a Declaração do Milênio, que estabelecia o ano de 2015 como prazo final para a erradicação da pobreza e universalização da educação básica. Para tal intento, no ano de 1990 foi lançado o Plano de Educação Para Todos na Conferência de Jomtien (JIMENEZ; MENDES SEGUNDO, 2007).

Destarte, a questão da pobreza passou a ser atribuída à educação, defendendo-se o discurso de que seria a salvadora da economia dos países pobres melhorando o status social dos indivíduos. Assim, desloca-se para longe da vigência do capital as reais causas da desigualdade, atribuindo, por exemplo, à educação uma tarefa que não lhe é própria.

Agora, então, é dito que à educação, movida pelo novel princípio da equidade, cabe a tarefa de promover a cidadania e a inclusão social e, mais do que tudo, o ajuste dos indivíduos e dos países às exigências do novo milênio, vindo à luz no seio de uma ordem mundial globalizada, transmutada pela mágica da revolução tecnológica, numa sociedade da informação e do conhecimento. (JIMENEZ; MENDES SEGUNDO, 2007, p. 124).

Nas etapas de desenvolvimento da grande indústria, a educação, sob o modo de produção capitalista, passa a desempenhar importante papel na reprodução do capital, tanto formando mão de obra, quanto direcionando às subjetividades dos indivíduos aos propósitos do sistema. Ademais, Santos (2017, p. 118), aponta que: “A educação dos filhos da classe trabalhadora, quando proporcionada, não se deu com o objetivo de garantir sua elevação intelectual.” A educação escolar, quando estendida à classe trabalhadora, tinha por objetivo torná-los aptos à indústria. Nesta via, a autora profere que: “[...] A gratuidade e a obrigatoriedade do ensino escolar foram sistematicamente ampliadas ou estacionadas segundo os interesses da grande indústria [...]” (SANTOS, 2017, p. 118). O Estado entra de benfeitor na concessão dessa educação, buscando atender às determinações da burguesia e do capital.

O Estado não é apenas instrumento de sustentação do capital, ele se torna parte constitutiva de sua base material à medida que assume importante função no processo de constituição, consolidação e funcionamento de todas as suas estruturas. (SANTOS, 2017, p. 112).

Sabe-se que a pobreza não será superada por via da educação. A educação não é prioridade para o Estado burguês, justamente pelo seu caráter social e não econômico, embora haja a necessidade do capitalismo de incumbir a função de mercadoria ao complexo educativo a fim de superar as crises oriundas do próprio sistema sociometabólico.

A eliminação da pobreza pelo capital gera um efeito contrário, aumentando quantitativamente o quadro de miséria ao redor do mundo. Em todo o mundo, nos últimos 3 anos, tal situação foi agravada, reflexo da grave crise sanitária (pandemia

de COVID-19) que deixou à vista os limites desse sistema. No Brasil, a pandemia foi conduzida de forma irresponsável pelo atual governo federal (2018-2022), resultando em milhares de vidas perdidas, além do retorno do país ao mapa da fome.

No que diz respeito às mortes, o supracitado governo fez vista grossa frente à gravidade do vírus, minimizando sua letalidade e adotando medidas ineficazes de tratamento. O saldo desse descaso totalizou mais de 680.000 (seiscentos e oitenta mil) mortes, do início da pandemia até o presente momento desta pesquisa.

Além do número alto de mortes, as desigualdades se acirraram, o Brasil alcançou, segundo a Oxfam⁹ Brasil (2022), a marca de 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer. Essa alta na quantidade de famintos se deve ao momento pandêmico. Na mesma esteira, Calais (2021) em matéria vinculada a Forbes ressalta que nesse mesmo período o Brasil ganhou 10 novos bilionários.

Essa contradição em que uns têm muito e os outros não têm nada, não foi gestada na pandemia em si, é resultado do próprio capital e intensificado por sua crise, que teve a pandemia como agravante. Como não poderia deixar de ser, o capital para se reproduzir precisa produzir desigualdade, mesmo que isso ameace a existência de milhões de pessoas.

As crises enfrentadas no sistema capitalista são consequências de nosso próprio tempo histórico, além de serem resultados da própria ação humana e não de um direito natural ou divino, configurando-se como fruto das relações produtivas e sociais construídas até aqui. Desta forma, Mészáros (2000) assevera que:

Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta — pela primeira vez em toda a história — o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado. (MÉSZÁROS, 2000, p. 7).

Mészáros (2009, p. 17), complementa que “[...] a crise estrutural do capital como um todo – a qual estamos experimentando nos dias de hoje em uma escala de

⁹ A Oxfam Brasil, criada em 2014, com sede em São Paulo, adota como objetivo principal construir um Brasil menos desigual e mais justo, segundo informações oficiais em seu site: <https://www.oxfam.org.br/historia/>. É fruto da Oxfam International, uma confederação de 19 organizações com mais de 3000 parceiros ao redor do mundo, atuando em mais de 90 países com sede em Nairóbi (Quênia), e criada no ano de 1942 em Oxford (Reino Unido).

época – está destinada a piorar consideravelmente”. O autor destaca que com o aprofundamento da crise, diversas esferas de nossa vida serão afetadas ao redor do mundo, não somente a economia, agora as esferas no âmbito social e cultural também sofrerão efeitos duradouros sem precedentes.

Diante do exposto, compreendemos que tal consequência é fruto da própria lógica da propagação do sistema do capital produzida pela humanidade e que se fundamenta em uma busca sempre maior por mais-valor, estando, assim, em constante expansão. Vale destacar que a atual fase das forças produtivas do capital se baseia na produção destrutiva, pois as relações de produção estão alicerçadas em um processo altamente irrefreável e desnecessário, o que torna todo o sistema sociometabólico do capital, em seu limite, incontrollável, gerando pobreza e miséria, o que, inevitavelmente, culminará em uma barbárie humana.

No Brasil, indicadores sociais são realizados pela Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar Contínua (PNAD Contínua), que colhe os dados estatísticos consolidados a partir das primeiras entrevistas de cada ano. Para que seja acompanhada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a linha da pobreza nacional é definida em U\$5,50 (cinco dólares e cinquenta cents), convertidos pela paridade de poder de compra R\$1,66 por dólar. Os valores até 2011 são convertidos e corrigidos pela inflação de acordo com os deflatores utilizados pela PNAD Contínua. As estatísticas¹⁰ reportadas se referem a proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita abaixo da linha de pobreza.

Desta forma, a partir da série histórica da PNAD Contínua, que vem acompanhando, desde o ano de 2012, indicadores sociais, a proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza nacional apresenta a seguinte configuração: 2012 (27,3%); 2013 (25,6%); 2014 (23,8%); 2015 (24,7%); 2016 (26,8%); 2017 (27,1%); 2018 (26,4%); 2019 (25,9%); 2020 (24,1%).

Assim, pesquisa mais recente disponível pela FGV Social¹¹, realizada pelo pesquisador Marcelo Neri, Diretor da FGV Social, e publicada em relatório sobre o Mapa da Nova Pobreza em junho de 2022, destaca que:

¹⁰ Não são considerados nos cálculos as pessoas no domicílio que apresentam as seguintes condições: pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.

¹¹ Ligada a Fundação Getúlio Vargas, a FGV Social se apresenta como uma instituição que busca conectar a pesquisa aplicada ao debate social a partir da implementação de políticas públicas, visando o desenvolvimento inclusivo brasileiro. Para mais informações sobre a FGV Social: <https://cps.fgv.br/>.

O contingente de pessoas com renda domiciliar per capita até 497 reais mensais atingiu **62,9 milhões de brasileiros em 2021, cerca de 29,6% da população total do país**. Este número de 2021 corresponde a 9,6 milhões a mais que 2019, quase um Portugal de novos pobres surgidos ao longo da pandemia. A pobreza nunca esteve tão alta no Brasil quanto em 2021, desde o começo da série histórica em 2012. (NERI, 2022, p. 27, **grifo nosso**)

Constata-se, portanto, que a pobreza que assola o cenário brasileiro está diretamente ligada aos problemas oriundos do próprio sistema capitalista. As crises geradas pelo desenvolvimento das forças produtivas atingiram um patamar que agora somente gerando destruição e miséria é que o sistema sociometabólico do capital pode garantir sua reprodução. Por fim, Mészáros (2002 *apud* Maia Filho et al 2016, p. 30), destaca que a crise estrutural se caracteriza pela *ativação dos limites absolutos do capital*, momento este em que todos os limites que o sistema sociometabólico do capital possa alcançar foram atingidos, não havendo mais a possibilidade de serem ultrapassados, a menos que haja uma transformação radical dos conceitos bases do seu modo de funcionamento.

Considerações finais

A sociedade regida pelo capital não pode fugir à sua lógica de reprodução, para tanto, a produção de desigualdades lhe é condição necessária. Nessa perspectiva, a pobreza vivenciada hoje, tem raiz na própria estrutura do sistema capitalista e é insuperável dentro dos seus limites.

A produção de excedente possibilitou a apropriação privada da riqueza ao invés da divisão igual. Com o advento da sociedade de classe, apenas uma produz e a outra usufrui. Essa contradição, agudiza-se no modo de produção capitalista, pois chegou num nível de desenvolvimento das forças produtivas capaz de superar a pobreza existente e mesmo assim não o faz.

Essa condição é inerente ao sistema do capital, uma vez que, para continuar vivo precisa manter sob seu jugo os trabalhadores que são os produtores da riqueza. E assim, produz desigualdade, negando as condições materiais básicas de existência e até mesmo através da educação, afastando a possibilidade da revolução. Nesse aspecto, a educação, é distanciada da sua função precípua, e é reduzida à meio de qualificar mão de obra para atender ao mercado de trabalho.

Ademais, reiteramos que a pobreza por via da educação não será superada. Primeiro, por não ser sua função, segundo, porque a educação dentro do sistema capitalista tende a reproduzi-lo. Logo, não será o Estado o promotor de uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

BIZERRA, Fernando de Araújo. A pobreza e sua administração (paliativa) pelo estado burguês. *In*: ALCANTÁRA, Norma; JIMENEZ, Susana (Org.). **Anuário Lukács 2019**. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

ENGELS, Friedrich. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. 1876. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm> Acesso em: 27 out 2022.

CALAIS, Beatriz. Brasil tem 10 novos bilionários no ranking de 2021. **Forbes**, Brasil, 10 abr. 2021. Forbes Money. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/04/brasil-tem-10-novos-bilionarios-no-ranking-de-2021/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza nacional**. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5877/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Tradução de Waltensir Dutra. 22 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

JIMENEZ, Susana Vasconcelos; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. Erradicar a pobreza e reproduzir o capital: notas críticas sobre as diretrizes para a educação do novo milênio. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 28, p. 119-137, jan./jun., 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/download/1793/1675>. Acesso em: 15 out. 2022.

LUKÁCS, Georg. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de Ciências Humanas, n. 4. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MAIA FILHO, Osterne Nonato; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores; RABELO, Josefa Jackline. O problema do mundo do trabalho no atual contexto da crise estrutural do capital. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, p. 28-41, v. 23, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/4627/2503>. Acesso em: 28 set. 2022.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Livro 1. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. **Revista Outubro** – Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, n. 4, p. 7-15, 02/2000. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/a-crise-estrutural-do-capital/>. Acesso em: 02 out. 2022.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2002.

NERI, Marcelo. **Mapa da Nova Pobreza**. FGV Social, jun., 2022. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-MapaNovaPobreza_Marcelo_Neri_FGV_Social.pdf. Acesso em: 24 out. 2022.

OXFAM Brasil. **Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas**. Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

SANTOS, Maria Escolástica de Moura. **A educação social e a gestão da pobreza: gênese, desdobramentos e função na sociabilidade do capital em crise**. 237 f. Tese (doutorado), Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2017.